

Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva

When subject speaks/fails: reflexions from de notions of ideology and discursive formation

Giovani Forgiarini Aiub*

RESUMO: Filiado à Análise do Discurso de linha francesa, este artigo mobiliza a noção de sujeito e reflete sobre o modo como a ideologia trabalha no processo discursivo. Em outras palavras, esta pesquisa de cunho teórico pretende apresentar como a ideologia é responsável pelo direcionamento dos sentidos. Para tanto, este estudo relaciona a noção de ideologia com a de formação discursiva e expõe sobre as modalidades de desdobramento da forma-sujeito pensadas por Michel Pêcheux. Conclui-se que não se pode simplesmente considerar a noção de ideologia sem um forte embasamento teórico a respeito dela, principalmente pela forma como ela é pensada para a teoria da Análise do Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito. Ideologia. Formação Discursiva.

ABSTRACT: Based on French Discourse Analysis, this paper deals with the notion of subject and it reflects how ideology works in the discursive process. In other words, this theoretical research aims to present how ideology is responsible for directing the senses. Therefore, this study relates the notion of ideology with the discursive formation and relies on the deployment modes of form-subject according to Michel Pêcheux's thoughts. One concludes that the notion of ideology may not be merely considered without a strong theoretical foundation about it, especially concerning the way it is designed for the theory of Discourse Analysis.

KEYWORDS: Subject. Ideology. Discursive Formation.

1. Abrindo o percurso

*Sem ideologia, seríamos felizes para sempre
(ORLANDI, 2005b, p. 107).*

Pensar a forma como o sujeito trabalha, isto é, mobiliza os sentidos no processo discursivo é pensar, sobretudo, a língua e a ideologia. O trabalho da ideologia é incessante e se dá na relação do sujeito com a linguagem. Desse modo, para falar a respeito de uma noção tão singular e delicada como a de ideologia, cuja concepção tem variado conforme os olhares que nela se debruçam, tomar-se-á como aporte a teoria da Análise do Discurso de linha francesa. Para tanto, será mobilizada a noção de formação discursiva (FD), pois se entende que é por esta noção que a linguagem se articula com a ideologia para produzir seus efeitos. Este trabalho,

* Professor do IFRS – Campus Feliz e doutorando em Letras, na especialidade Teorias do Texto e do Discurso, pelo PPGLetras/UFRGS.

portanto, pretende mobilizar a noção de FD, partindo do conceito elaborado por Michel Foucault e reformulado por Michel Pêcheux.

Ao tomar a noção de FD como central para a discussão do trabalho da ideologia no processo discursivo, não se deixa de lado a questão da interpelação ideológica pensada por Althusser e refletida, mais tarde, por Pêcheux e Fuchs. Sendo assim, outros dois conceitos entram inapelavelmente para a discussão: língua e sujeito. A língua por ser constitutiva do sujeito e o sujeito por ser sempre interpelado pela ideologia. Desse modo, este texto iniciará mobilizando a noção de ideologia e sua relação com o sujeito, para, em seguida, pensar a FD e o modo com que ela se articula com a ideologia.

2. Sujeito e ideologia: uma relação que faz sentido

A ideologia “leva a agir sozinhos” os indivíduos, sem que haja a necessidade de colocar um policial no pé de cada um (ALTHUSSER, 1999, p. 199).

Em certos grupos de trabalho, falar em ideologia é quase uma ofensa, um dizer proibido. Porém, não há nada (ou quase nada) mais ideológico do que afirmar que a ideologia não existe, ou que ela é uma invenção. Negar a existência da ideologia é dar evidências de que ela existe, e existe produzindo efeitos. Uma possível explicação para tais entendimentos sobre a noção de ideologia¹ poderia ser o caráter de negatividade dado a ela quando construída por Hegel (apud ALTHUSSER, 1999), pois, segundo este autor, a ideologia representaria uma falsa consciência, uma inversão da realidade, ou seja, como se fosse possível a apreensão do real e seria a ideologia a culpada por não se ter acesso ao todo. Outra possível explicação para esta concepção de ideologia seria uma leitura um tanto apressada de Marx e Engels (2002), em *Ideologia Alemã*. Uma interpretação, ainda grave, que segue na mesma linha de que a ideologia seria uma inversão ou ocultação de uma dada realidade (ALTHUSSER, 1996).

Descartando de imediato estas acepções sobre o conceito de ideologia, este trabalho inicia dizendo que a ideologia dá direcionamento ao gesto de interpretação, ao sentido, ela é o que faz com que a interpretação seja de um modo e não de outro. Em outras palavras, é a

¹ A expressão *ideologia* foi criada por Destutt de Tracy, Cabanis e seus amigos dentro de uma tradição clássica oriunda da Filosofia das Luzes. Para eles, a noção de gênese ocupa uma posição central. Seria a teoria da gênese das ideias (ALTHUSSER, 1999, p. 193).

responsável pela produção dos sentidos. Além disso, vale ressaltar que a ideologia tem sua forma material no discurso, na linguagem. Portanto, sendo o sujeito constituído pela linguagem, a ideologia se faz presente neste sujeito. Para Orlandi (2004, p. 66), “a ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘naturais’”. Talvez esteja aí a distinta (in)compreensão de alguns. A ideologia não oculta ou inverte a realidade. Ela é a responsável pela interpretação, por um modo de interpretar e não outro. Sendo assim, não se pode falar em um sentido literal ou real. Não há a possibilidade de se atingir o real, embora seja este um desejo constante do sujeito. É inevitável, por assim dizer, a ilusão de que existe um sentido único sobre as coisas. Portanto, a ideologia disfarça (dissimula) e faz com que não haja coincidência entre a essência e a aparência (ela é responsável por aquilo que aparenta ser sob determinada perspectiva). É o trabalho da ideologia, por conseguinte, que torna o processo de constituição dos sentidos inacessível ao sujeito de tal modo que haja sempre interpretação. Para corroborar, Orlandi (2005b, p. 22) salienta que

é pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Assim, há sempre interpretação, pois não há sentido que não passe por um gesto interpretativo do sujeito. E a ideologia é o motor deste processo. Portanto, pode-se dizer que sujeito e sentido se constituem de forma mútua, de tal modo que há o efeito de evidência do sentido e do sujeito. O efeito de evidência do sentido faz parecer como transparente aquilo que poderia produzir sentidos outros. Já o efeito de evidência do sujeito diz respeito a um apagamento do fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, tal como afirmam Pêcheux e Fuchs (1997, p. 167), pois, segundo eles, “[...]‘a ideologia interpela os indivíduos em sujeito’: esta lei constitutiva da *Ideologia* nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas*”. Chegamos aqui a um imbricamento indissociável entre ideologia e sujeito, uma vez que, se o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, é também neste momento que ele passa a se identificar com uma formação ideológica e, conseqüentemente, a uma FD.

Deste modo, ao se produzir um sentido tal (ao dizer), interpreta-se, pois a interpretação é um gesto do sujeito. Diante disso, o sentido aparece sempre como evidente. Há, portanto, o trabalho da ideologia sobre o gesto interpretativo, como se o sentido, produzido na relação do simbólico com o histórico, fosse naturalizado. Daí afirmar que o sentido aparece como sempre já-lá. Ainda, Orlandi (2005a, p. 46) ressalta que “por este mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências [...]. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências”. Deste modo, interpretar não pode ser percebido como um mero gesto de decodificação, pois, ao interpretar, há uma exposição inevitável à incompletude do objeto simbólico, ou seja, não se tem nunca acesso ao todo, embora haja o desejo de tal e a ilusão de tal.

Vale dizer que interpretar não é apenas dizer o esperado, trata-se de fazer relação com a exterioridade. Quando se interpreta, não se está diante da liberdade de determinações, mas também não se está preso a uma interpretação única. Dito de outro modo, a interpretação não é qualquer uma e também não está distribuída de forma igual, homogênea (ORLANDI, 2004). A partir disso, é possível perceber que a interpretação está fortemente ligada à ideologia, justamente porque esta, por sua vez, é a responsável por direcionar os sentidos, pelo efeito de evidência. Ainda com Orlandi (2005a, p. 22), “a ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade”. Conseqüentemente, ao mesmo tempo em que a ideologia apaga a história, ela é também constituída a partir dela, ou seja, a ideologia tem suas condições de existência na história. Portanto, o sentido também se dá pelas condições de produção, que são igualmente históricas.

Feita esta exposição, cabe pensar a relação da ideologia com a história a partir de um questionamento. Se são, pois, a história e a ideologia que condicionam a interpretação, por que há a afirmação categórica de Marx e Engels (2002) de que “a ideologia não tem história” (sendo esta retomada por Althusser (1996) e depois por Pêcheux (2009)²)? Um esboço de resposta poderia vir no seguinte viés: dizer que a ideologia não tem história não é dizer que ela não tem relação com a história, mas é dizer que ela não tem uma história *própria*. Em outras palavras, não há nada na ideologia que possa ser pensado fora da história enquanto dispositivo analítico.

² Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 137), “[...] ‘as ideologias não têm uma história própria’, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida em que ela se caracteriza por uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, *omni histórica*.”

Deste modo, a ideologia não tem história não porque ela é vazia, mas sim porque é a história que determina as condições de existência da ideologia.

Voltando às palavras de Althusser (1999) na epígrafe desta seção, quando este afirma que a ideologia funciona como se houvesse um policial no pé de cada um, cabe pensar que ela faz com que ajamos sempre da mesma maneira, como se todos nós fôssemos coagidos por este policial que nos cerceia. Partindo para a esfera da linguagem, sem se afastar demasiadamente das reflexões althusserianas, podemos fazer uma intervenção e questionar: o sujeito, interpelado pela ideologia, não tem vontade própria, ou seja, ele não reflete sobre seus atos? Creio que estamos diante de uma das maiores críticas àqueles que mobilizam a ideologia em seus trabalhos de pesquisa. Cabem aqui duas propostas, com base na teoria da Análise de Discurso francesa, para tentar responder esta pergunta. Não que cada uma destas respostas seja colocada como par opositor. Justamente o contrário. Elas se complementam.

A primeira possibilidade de resposta vem ainda pensando o trabalho da ideologia no sujeito, pois, se houvesse de fato a necessidade de se colocar um policial no pé de cada um, este estaria ali para exercer uma coerção, a fim de que não autorizasse o sujeito a agir conforme sua vontade, como se este fosse livre, ou ainda, como se ele fosse obrigado a fazer/dizer tais e tais coisas. Há aqui uma contradição constitutiva, mas também um espaço para a falha no ritual, uma vez que a ideologia leva os sujeitos a agir de tal modo que cada um “seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165-6). Em outras palavras, o sujeito não é livre, mas ao mesmo tempo ele não é forçado, no sentido de uma força coerciva, a agir como age (nos moldes de Althusser), ou a dizer como diz (nos moldes de Pêcheux)³. Porém, a interpelação ideológica não é da ordem da completude. Ela falha. E é justamente por ela falhar que entram as reflexões por parte do sujeito, isto é, trata-se do lugar no qual o sujeito pode questionar. E aqui estamos falando do “mau sujeito” de Pêcheux (2009), que será mobilizado com maiores detalhes mais adiante.

Outra possibilidade para tentar responder a pergunta acima referida (e cabe lembrar: o sujeito não tem vontade própria?) vem pela ordem do desejo em si. A teoria da Análise do Discurso pecheuxtiana tem fortes laços com a Psicanálise e é por este caminho que se pode apontar para outra resposta.

³ Vale ressaltar que o discurso (o dizer) nunca é dissociado da prática, seja por Pêcheux ou por aqueles que se filiam à Análise do Discurso por ele formulada.

Começamos este esboço pela noção de real, uma vez que o real não trata de uma realidade empírica. A noção de real vem na ordem do irrepresentável para os dois campos teóricos. Para a Análise do Discurso, o real é da ordem do impossível, é aquilo que não se transmite, aquilo que não se ensina, aquilo que não se aprende, mas que existe produzindo efeitos. O real é aquilo não pode não ser de outro modo (PÊCHEUX, 2006). Com relação à Psicanálise, a noção de real estaria mais fortemente ligada a outros dois conceitos: o simbólico e o imaginário⁴. O real seria, portanto, um “resto” que não se simboliza e que não está no imaginário. O real é da ordem do impossível de transmitir, trata-se de “uma realidade desejanter, inacessível a qualquer pensamento subjetivo” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 645). O real é aquilo que nos escapa. Dito de outro modo,

o real é apresentado como um corte na estrutura do sujeito, a falta originária da estrutura. É precisamente em torno dessa falta que o inconsciente se estrutura. O real é, portanto, o núcleo do inconsciente. Tudo começa a partir dele. Lacan tematiza o real de dois modos: (i) o real é o impossível de ser simbolizado e (ii) o real é o que retorna sempre ao mesmo lugar (LEANDRO FERREIRA, 2007, p. 106).

Portanto, é aqui que começamos a responder a tão intrigante pergunta, pois, sendo o impossível que seja de outro modo, pensando o real como aquilo que é da ordem do inatingível, não há como o sujeito escapar da incessante busca pela completude, pela incessante e eterna vontade de preenchimento. Somos sujeitos do desejo. Como diz Longo (2006, p. 16), “nunca paramos de desejar”. Mas é preciso deixar claro que não se trata de um desejo biológico ou de uma busca por uma satisfação de uma necessidade. Trata-se de um desejo de ordem simbólica. Nas palavras de Garcia-Roza (1985, p. 139), “esse desejo só pode ser pensado na relação com o desejo do outro e aquilo para o qual ele aponta não é o objeto empiricamente considerado, mas uma falta”. Portanto, há essa falta estruturante do sujeito. Aí chegamos ao ponto em que se pode dizer que o sujeito é constituído pela linguagem e que há nele intrinsecamente uma falta constitutiva. Falta essa que leva o sujeito a uma busca. O desejo é uma satisfação sempre adiada e nunca atingida. É aí que nos constituímos sujeitos do desejo.

Em suma, é possível dizer que a própria ideologia, em sua forma material que é a linguagem, faz com que o sujeito questione o lugar que ocupa, além ainda de este mesmo sujeito

⁴ Aqui cabe um adendo: isso não quer dizer que, nas reflexões de Pêcheux, o real não se relaciona com o simbólico e com o imaginário. Ao contrário, é justamente por acreditar em tal relação com a Psicanálise que Pêcheux traz tais noções para o campo da Análise do Discurso.

ser constituído por desejo, por um desejo incessante. Por isso que podemos dizer que no ritual da interpelação ideológica há falhas que são constitutivas da própria ideologia e, ao mesmo tempo, temos a linguagem como algo que não preenche um todo. Essa falta constitutiva é o que faz com que o sujeito, sempre interpelado ideologicamente, questione e também deseje.

Feita esta breve visita ao campo da Psicanálise, cabe voltar às reflexões sobre ideologia e dizer que Althusser pensou a ideologia no campo da reprodução das condições de produção. Já Pêcheux, sem se afastar muito, trouxe esta reflexão para o âmbito da linguagem e avançou. Portanto, Pêcheux, ao teorizar o discurso, não deixou de contemplar as falhas inerentes ao processo de interpelação ideológica, pois, se não houvesse falhas, se a interpelação fosse da ordem da completude, não haveria condições de interpretações distintas, as interpretações seriam formuladas sob um único prisma. Como diz Orlandi (2005b), sem essa tal de ideologia, todos nós seríamos apenas sorrisos. Podemos, então, fazer a relação indissociável entre sujeito, linguagem e ideologia, mas com uma articulação com falhas. Enfim, uma articulação deveras heterogênea. No entanto, não se está dizendo com isso que o sujeito ao questionar fica livre da interpelação ideológica. Ao contrário, é justamente aí que se dá a interpelação, ou seja, todo sujeito é “livre” para se sujeitar.

Dada esta reflexão, passamos a pensar um pouco mais sobre o porquê de a noção de ideologia estar tão vinculada à produção de sentidos. Trata-se aqui de mobilizar a ideologia e sua relação com as FDs. E não há como falar de FDs sem antes fazer uma reflexão sobre as formações ideológicas.

3. Formação Discursiva: uma representação da formação ideológica no discurso

Dar um salto da discussão sobre ideologia para a de FD é apagar todo um trabalho de reflexão feito por Pêcheux sobre as formações ideológicas. Desse modo, é preciso trazer à tona este conceito.

As formações ideológicas podem ser caracterizadas por um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento histórico. A formação ideológica é, então, um conjunto de práticas que não podem ser pensadas nem como globais, nem como particulares, mas num conjunto complexo no qual estas práticas e representações mais ou menos se relacionam. A partir disso é que se pode afirmar que todo o sentido deriva de uma formação ideológica, esta sendo materializada em uma ou mais FDs.

Portanto, não sendo materializada por ela mesma, mas sim pela(s) FD(s) que a recorta(m), a formação ideológica é constituída por “um complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Courtine (2009, p. 72) salienta que “as formações ideológicas têm um caráter ‘regional’ ou específico e comportam posições de classe, o que explica que se possa dizer, a partir de formações ideológicas antagônicas, falar dos mesmos ‘objetos’ [...] e falar deles ‘diferentemente’”. Desse modo, é também coerente afirmar que a ideologia é materializada no discurso. Courtine (2007, p. 121) ainda fala que, “se as ideologias tem uma existência material, o discurso delas será considerado como um dos aspectos materiais”⁵. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), “as formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”, de tal modo que as FDs são as representações no discurso das formações ideológicas.

Além disso, “todo processo discursivo se inscreve em uma formação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 82). Por isso dizer que a ideologia fornece evidências de que uma dada palavra, expressão, proposição signifique aquilo que ela está significando (em relação à FD a qual está inscrita). Com as palavras do próprio Pêcheux (2009, p. 146), é possível verificar que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Nesta perspectiva, pode-se dizer que uma formação ideológica compõe uma ou mais formações discursivas. Afinal, não é possível identificar a formação ideológica senão pela materialidade do discurso (que se poderia dizer um texto) que está sempre articulado a uma FD. Ao tecer reflexões sobre esta materialidade analítica, Zandwais (2010, p. 80) afirma que “[o discurso-texto] precisa ser entendido como efeito de determinadas condições de produção que são ao mesmo tempo históricas e político-jurídicas”. Dito de outro modo, as formações ideológicas (também representadas pelas instituições, como em os Aparelhos Ideológicos de Estado, de Althusser) e, conseqüentemente, as FDs são constitutivas do processo discurso.

⁵ Tradução livre do original, a saber: “si las ideologías tienen una ‘existencia material’, lo discursivo de ellas se considerará como uno de los aspectos materiales”.

Em poucas palavras, pode-se dizer que uma FD é um recorte de uma formação ideológica e, sobre a noção de FD, é preciso dizer que, embora sendo um dos termos essenciais para se proceder à análise discursiva, esta noção não surge primeiramente com Pêcheux. Ela advém de Foucault (2007). Pêcheux toma de empréstimo a noção de FD, mas ele a ressignifica, transformando-a. Portanto, vale deixar claro que a FD de Foucault não é a mesma de Pêcheux. Enquanto que, para o primeiro a FD tem um caráter mais regular, para o segundo a FD é marcada pela heterogeneidade. O próprio Pêcheux (1997, p. 314) afirma que

a noção de ‘formação discursiva’, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repelem nela.

A partir desta retomada em Foucault, Pêcheux caracteriza a FD com fronteiras extremamente instáveis. Ao contrário disto, Foucault (2007, p. 43) define uma FD nos seguintes termos:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolas temáticas, se puder definir uma **regularidade** (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”⁶.

Este aspecto que estabelece mais ou menos uma regularidade na FD foucaultiana e que faz com que sua característica básica seja a constância de um saber/princípio regular acaba por atribuir a este conceito foucaultiano um caráter de homogeneidade. Foucault ainda repele a noção de ideologia e a deixa de fora, justamente o que Pêcheux não faz. De acordo com Indursky (2007a, p. 77), “a FD, para Foucault, é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. É claro que Foucault pensou em transformação, mas esta tem de estar submetida à regra principal, a da regularidade”.

É nesta perspectiva que se torna possível afirmar que a FD foi tomada por Pêcheux, mas ressignificada. Contudo, esta ressignificação mantém a característica fundamental de uma

⁶ Grifo meu.

FD: a de que é preciso um saber/princípio regulador. É interessante trazer à baila o que Mazière (2007, p. 61) comenta sobre esta ressignificação da FD proveniente de Foucault para uma FD forjada segundo a perspectiva de Pêcheux. Para ela,

a noção de FD soube [...] evoluir a partir do legado de Foucault, conservando as materialidades linguísticas das quais Foucault se desinteressara já em 1971. É o trabalho marxista sobre os discursos de classe revisitado, que tinham sido muito rapidamente tipificados, e a estabilidade dos pontos discursivos, herdada da noção de forma de língua, que levam a notar que as fronteiras discursivas não são assinaláveis, que o saber anterior se inscreve na construção de um conhecimento e é determinado por meio de formas linguísticas (MAZIÈRE, 2007, p. 61).

Nos moldes pecheuxtianos, a FD também tem um princípio regulador, mas sua característica principal é a heterogeneidade. Ademais, diferentemente de Foucault, que descarta trabalhar com a questão da ideologia nas FDs, Pêcheux (2009) dirá que a FD é a materialização no discurso das formações ideológicas. E, como já dito anteriormente, é a ideologia que direciona os sentidos. Daí poder asseverar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, mas sim é determinado pela FD na qual se inscreve, pois uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Desse modo, vale salientar que os sentidos são dados dentro das FDs. Logo, pode-se admitir que “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). O lugar, portanto, onde os sentidos se constituem é na FD, e se constituem a partir de posições-sujeito dentro destas FDs. Assim, é neste lugar teórico que se constituem as modalidades de desdobramento da forma-sujeito.

A primeira modalidade de desdobramento é aquela em que o sujeito, revestido de uma forma-sujeito, reproduz fielmente a evidência ideológica de dada FD, ou seja, reproduz, sem questionar, os saberes da FD pela qual ele está dominado. Esta reprodução de saberes sem questionamentos por parte do sujeito faz com que se possa imaginar uma FD regular e homogênea, como se não houvesse a possibilidade de quebras, interrogações e/ou um *mau comportamento*. Indursky (2007a, p. 80) afirma que, nesta etapa do desenvolvimento teórico, pensando apenas em uma reduplicação da forma-sujeito na FD, “ainda não há espaço para a alteridade e a diferença nem para a contradição. E a identificação do sujeito se dá diretamente com a forma-sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na FD”. Nesta

primeira modalidade, é possível dizer que o sujeito é passível de estar mais centrado e mais fortemente afetado pela ideologia dominante da FD a qual ele está filiado. Orlandi (2005b, p. 104) corrobora tal prerrogativa dizendo que “quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso à sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidades de falhas.” Dito de outra forma, quanto mais centrado em sua FD o sujeito se encontra, mais longe ele está de sua fronteira e menos propício a ouvir outros saberes.

Entretanto, a segunda modalidade de desdobramento⁷ inaugura um espaço para a heterogeneidade, pois ela diz respeito a uma tomada de posição do sujeito que luta contra a evidência ideológica. Aqui o sujeito “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta” (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Em outras palavras, mesmo questionando a ideologia vigente, ele ainda ocupa um lugar dentro desta mesma FD, porém não mais reduplica o saber vigente, mas sim faz questionamentos. E estes questionamentos são feitos porque existe algo de fora desta FD que passa a se infiltrar. Algo que vem de outro lugar, de outras FDs, do conjunto complexo de FDs, chamado de interdiscurso.

Com efeito, esta segunda modalidade de desdobramento, isto é, esta contra-identificação, é a responsável por abrir espaço para uma FD heterogênea, pois, é desde esta entrada de outros saberes, que é possível questionar a evidência ideológica a partir de distintas posições, ou seja, trazendo saberes de outras FDs, do interdiscurso. É pela contra-identificação que se abre a possibilidade para a instauração da diferença, do questionamento, do embate, e isto, conseqüentemente, dá lugar a distintas posições-sujeito no interior de uma mesma FD. Esta contra-identificação só é possível porque a FD não tem um fechamento estável e suas fronteiras são porosas, fazendo com que novos saberes possam se infiltrar, fazendo com que esta FD se reconfigure. Nas palavras de Indursky (2007a, p. 81), “esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea”.

Identificar o momento em que se dá a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma dada FD é o que Indursky (2007b, p. 170) chama de “acontecimento enunciativo”. O acontecimento enunciativo é, segundo a autora, da mesma ordem do acontecimento discursivo, mas, enquanto este último instaura uma nova FD, o primeiro diz respeito a uma contra-identificação com a posição-sujeito dominante. O acontecimento

⁷ Aqui se trata do mau sujeito mencionado anteriormente. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 199), “o discurso do ‘mau sujeito’, discurso no qual o *sujeito da enunciação* ‘se volta’ *contra o sujeito universal* por meio de uma ‘tomada de posição’”.

enunciativo instaura, portanto, uma nova posição-sujeito que “convive com as demais, instituindo mais que a diferença. Ela conduz ao estranhamento, à tensão interna às fronteiras da FD em que está inscrita” (INDURSKY, 2008, p. 27).

A terceira modalidade de desdobramento diz respeito ao processo de desidentificação com os saberes de dada FD. Neste caso, a contra-identificação é tão forte que não há mais espaço para que o sujeito ainda ocupe lugar na mesma FD. Ele, diferente do que se possa imaginar, não fica livre, solto, mas passa a ser filiado a outra FD. Vale ressaltar que esta desidentificação não se dá de uma maneira consciente. Para Indursky (2007a, p. 82), “antes mesmo de migrar para outra FD, o sujeito, sem o saber, já não mais se identificava com o domínio em que pensava estar inscrito”. Cabe acrescentar aqui que esta desidentificação não ocorre de maneira repentina, uma vez que pode ser possível que, anteriormente a esta desidentificação, o sujeito tenha passado por processos de questionamento, abrigando para o interior da FD a qual estava inscrito saberes provenientes de outras FDs.

As modalidades de desdobramento pensadas por Pêcheux (2009) não são, ressalta-se, acessíveis ao sujeito, justamente porque a ideologia que o interpela não é perceptível. Em tempo, elas tratam dos modos de subjetivação, tratam de uma inscrição do sujeito em uma ordem simbólica. Nesta perspectiva, corroborando com o que foi dito, Zandwais (2005, p. 145) observa que

as modalidades que relacionam os diferentes processos pelos quais passam as relações de identificação dos indivíduos com o Sujeito Universal (ideologias) não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação/reprodução/transformação de efeitos pré-construídos que dominam os sentidos de seu dizer. Representam, assim, diferentes modalidades de ‘captura’ do sujeito em seu processo de assunção de uma identidade.

Sendo assim, durante o processo de desidentificação-identificação, há a possibilidade de que se instaure um acontecimento discursivo, mas não necessariamente. O sujeito pode simplesmente cair em uma outra FD já existente, mas também pode fazer com que seja instaurada uma nova. Deste modo, o acontecimento discursivo, assim como o acontecimento enunciativo, é da ordem da raridade (INDURSKY, 2007b). O acontecimento discursivo trata, segundo Pêcheux (2006, p. 17), do “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, pois, ao se buscar no já-lá, há uma resignificação, daí o estabelecimento de novos dizeres possíveis. Há, portanto, um novo processo discursivo, há a possibilidade de dizeres que não

eram possíveis antes. De um acontecimento discursivo, surgem então processos parafrásticos de nova ordem. E é, nesta perspectiva, que se pode dizer que há a instauração de uma nova FD. Esmiuçando um pouco mais, só há um acontecimento discursivo quando um dado enunciado quebra com a estrutura, deslocando seu sentido e instaurando um novo saber.

Quando da identificação plena, a primeira modalidade de Pêcheux (2009), é possível afirmar que dela surgem processos parafrásticos que são da ordem da formulação, isto é, em todo dizer há sempre algo que se mantém, o dizível, há sempre um retorno aos mesmos espaços de dizer. Contudo, vale lembrar que todo ritual é passível de falha. Sobre isso Pêcheux (1990, p. 17) acrescenta:

levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: ‘uma palavra por outra’ é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho.

Portanto, os processos parafrásticos podem instaurar posições de contra-identificação com o saber dominante dentro da FD na qual são produzidos. Diz-se, assim, que há uma ruptura nos processos de significação. Há a instauração do diferente, a instauração do processo polissêmico que joga intimamente com o equívoco. Não há como saber, contudo, onde que o processo parafrástico rompe para instaurar o polissêmico. Isto só se pode perceber através do processo analítico do discurso.

4. Para concluir

A partir do que foi colocado aqui, torna-se possível fazer alguns apontamentos com relação a articulações importantes dentro da teoria da Análise do Discurso. Conseguimos vislumbrar os inícios dos trabalhos pecheuxtianos a partir de teorizações pontuais de Althusser e Foucault. Com o primeiro, a interpelação ideológica e com o segundo, a noção de FD retrabalhada.

A noção de ideologia, por sua vez, é fundamental para se fazer Análise do Discurso, porém não se pode tomá-la simplesmente. É preciso um trabalho de reflexão profundo sobre o modo como ela foi pensada por Michel Pêcheux. Outra noção fundamental é a de FD, inicialmente pensada por Foucault, mas reformulada principalmente a partir da noção de ideologia e das modalidades de desdobramento da forma-sujeito.

Por fim, podemos afirmar que a ideologia é a responsável pelo direcionamento dos sentidos, mas não se pode fazer um apagamento de todo um trabalho que está entre a concepção da noção de ideologia e de sujeito. Não se pode esquecer de mobilizar a formação ideológica, a FD e as modalidades de desdobramento do sujeito. Fazer Análise do Discurso é trabalhar neste jogo complexo de conceitos. É também pensar a própria história da Análise do Discurso, respeitando a construção de suas noções fundamentais. Trabalhar com Análise do Discurso é, sobretudo, fazer um movimento pendular que vai da teoria ao objeto analítico e deste de volta à teoria para sempre refletir sobre as posições tomadas (INDURSKY, 2008), pelos sentidos dados, evitando a reafirmação de sentidos hegemônicos.

Referências

ALTHUSSER, L.. **Sobre a reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-42.

COURTINE, J.-J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Trad. Patrícia C. R. Reuillard [et al.]. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

_____. El concepto de formación discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2007, p. 119-41.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

_____. Da interpretação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de Formação Discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2007a, p. 75-87.

_____. Formação discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela? In: _____; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos/SP: Claraluz, 2007b, p. 163-72.

LEANDRO FERREIRA, M. C. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY, F.; _____. (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceito, confrontando limites**, 2007, p. 99-108.

LONGO, L. **Linguagem e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F.; **A ideologia alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAZIÈRE, F. **Análise do Discurso: história e práticas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M.. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Trad. Eni p. Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 311-8.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, n. 19, jul./dez., p. 7-24, 1990.

_____; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p.163-252.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ZANDWAIS, A. Concepções de texto: a heterogeneidade do objeto a partir dos pressupostos da linguística à análise do discurso. **Organon: a pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional**, n. 48, v. 24, p. 71-85, Jan.-Jun., 2010.

_____. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). **Michel**

Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 143-56.

Artigo recebido em: 30.01.2015

Artigo aprovado em: 10.04.2015

Domínios de Lingu@gem